

SITUAÇÕES
CONJUNTURA, EMPRESÁRIOS/TRABALHADORES
E ALCA

Sebastião C. Velasco e Cruz
Dept. Ciência Política do IFCH/UNICAMP

Teoria e Método na Análise de Conjuntura	3
Empresários e Trabalhadores no Brasil, com uma nota sobre a Alca	13



TEORIA E MÉTODO NA ANÁLISE DE CONJUNTURA

O texto que se segue foi preparado para servir de referência a uma prova de aula em concurso de Livre docência. Isso se deu há vários anos atrás. Desde então, muitas vezes pensei em retomá-lo para explorar mais a fundo os temas que ele aborda. Outros compromissos, outros interesses intelectuais, pura falta de tempo – por esse ou aquele motivo, nunca cheguei a fazê-lo. Considerando, porém, que talvez ele possa ter algum interesse para certa classe de leitor, resolvi tirá-lo da gaveta e divulgá-lo na forma em que veio à luz.

Com alterações mínimas e alguns pequenos acréscimos, a versão presente reproduz fielmente, em seu conteúdo e retórica, o texto original.

Quando ouvi o enunciado do ponto sobre qual deveria falar reagi com tranqüilidade. Teoria e Método na análise de Conjuntura. Com efeito, poucos temas poderiam me ser mais familiares do que esse. Análise de conjuntura: de certa forma, é a isto que venho me aplicando desde os meus tempos de faculdade.

O sentimento só veio a se alterar uma ou duas horas mais tarde, quando comecei a pensar no plano da exposição que deveria fazer hoje e me dei conta da enorme distância que medeia entre o exercício de uma prática e a capacidade de explicitá-la, de enunciar os seus princípios subjacentes, esclarecê-la em seu alcance, suas implicações e seus pressupostos. Lembrei-me de Michael Polany, e da noção de conhecimento tácito que ele explora no livro *Personal Knowledge*. Lembrei-me também de Durkheim, e do momento segundo que representou em sua obra a elaboração de *As Regras do Método Sociológico*, fruto de reflexão sobre os supostos de uma atividade prévia de pesquisa da qual *A Divisão do Trabalho Social* constitui a realização maior e mais ambiciosa.

Naturalmente, em relação à análise de conjuntura, eu não disponho de nada remotamente parecido com as Regras do gigante Durkheim. E nem deveria ser preciso. Para os propósitos de uma aula como a presente, bastaria a demonstração de domínio da teoria e da metodologia pertinente a essa área de problemas. Mas, é precisamente aí que a dificuldade se ergue, quase intransponível: embora largamente praticada, a análise de conjuntura não se configura como um subcampo diferenciado e claramente reconhecido na Ciência Política, ou em sua prima, a Sociologia. Encontramos em ambas uma vasta e desigual literatura sobre crises, revoluções e fenômenos correlatos. Ela nos permite distinguir modalidades diferentes de conjunturas e, sobre

algumas delas, nos oferece modelos teóricos amplos e sofisticados – estou pensando, por exemplo, no livro de Michel Dobry, *La Sociologie des Crises Politiques*, que pretende dar conta de um tipo particular que ele denomina conjunturas fluidas¹. Sobre a análise de conjuntura em geral, contudo, o silêncio impera.

No âmbito da economia não é assim. Desde a criação do Comitê de Pesquisa Econômica da Universidade de Harvard, em 1917, e da publicação anual de seu “barômetro econômico” até os dias de hoje, a análise conjuntural converteu-se para essa disciplina numa especialidade. E do esforço sistemático que, desde então, vem sendo realizado resultaram não apenas refinamentos teóricos e metodológicos indiscutíveis, mas a institucionalização de procedimentos sociais de produção e codificação de dados que alteraram profundamente a percepção que temos todos – estudiosos e leigos – da economia. Que se pense, por exemplo, na Contabilidade Nacional, a qual, segundo Giles-Gaston Granger, nasce e progride em conexão direta com a atividade dos conjunturalistas².

O contraste com a Ciência Política chega a ser chocante. Basta mencionar um índice: em suas mais de 1 300 páginas, o dicionário de Norberto Bobbio não registra sequer uma entrada para o termo

¹ Cf. Dobry, Michel, *Sociologie des Crises Politiques*. Paris, Presses de la Fondation Nationale des Sciences Politiques, 1986. Não menciono obras de grande envergadura como as *Origens Sociais da Democracia e da ditadura*, de Barrington Moore Jr. e *States and Revolutions*, de Theda Skocpol, porque ambas obedecem uma perspectiva teórica que busca, explicitamente, fazer economia do “momento conjuntural” no estudo do fenômeno da revolução. O mesmo motivo me a silenciar o esforço analítico daqueles que, como James C. Davis e Tedd Gurr, procuram identificar os determinantes das disposições sócio-psicológicas que se expressam nas revoluções.

² Granger, Giles-Gaston, *Méthodologie Économique*, Paris, PUF, 1955, p. 352.

conjuntura. E no entanto seria indispensável que o fizesse, porque este termo não tem nada de óbvio. Com efeito, o que entender por conjuntura? Uma configuração dada definida num tempo curto? Mas em que consiste o curto prazo em política? Um, dois, três meses? Três semanas, ou três dias? E qual a concepção de tempo com que operamos? O tempo cíclico, a exemplo dos primeiros ensaios conjunturalistas em economia? Um tempo cumulativo e ascendente, como em Marx, Engels, ou no Weber da teoria macro-histórica da racionalização? Ou o tempo “neutro”, “operacional” – ponhamos assim – que parece informar a atividade corriqueira do observador econômico contemporâneo, cujo problema básico consiste em, dadas certas hipóteses, antecipar o valor de algumas variáveis básicas – taxa de inflação, taxa de cambio, taxa de juros, nível de atividade – num ponto determinado do tempo, a fim de habilitar o decisor a atuar sobre elas?

Evidentemente, o fato de não constar como um domínio distinto no corpo da Ciência Política não quer dizer que a análise de conjuntura seja estranha a essa disciplina, ou que a mesma nada tenha a dizer de útil sobre como praticá-la. Mas implica em sustentar duas proposições embaraçosas para quem – como eu – deve dissertar sobre esta temática:

- 1) Implica em reconhecer que nesse campo, como em tantos outros, predomina em nossa área o dissenso, a pluralidade de perspectivas teóricas e metodológicas;
- 2) Mais importante, implica em afirmar que essa dissonância se mantém, na maior parte das vezes, implícita, dada a carência de esforços abrangentes e sistemáticos de teorização sobre a referida problemática.

Cabe então perguntar: se é assim, o que fazer?

Uma opção seria a de tomar um autor reconhecidamente importante que tenha se dedicado a esse tipo de atividade e, no cotejo de suas indicações específicas sobre a mesma, os exercícios práticos que tenha realizado e do quadro geral de seu pensamento, empreender um esforço concentrado de análise. Podemos imaginar facilmente alguns candidatos: Marx, com suas proposições gerais sobre as leis do desenvolvimento histórico e suas análises de conjunturas particulares, como o *Dezoito Brumário*, por exemplo. Gramsci, com suas notas sobre a análise de situações, a crise orgânica, o Cesarismo, a guerra de posição e guerra de movimentos, no *Maquiavel*, e com os escritos do período anterior ao seu encarceramento; em outra vertente, poderíamos eleger Weber, com sua sociologia sistemática e seus textos metodológicos, de um lado, e, de outro, seus estudos sobre contextos de crise, como os que esboçou sobre as revoluções russas, de 1905 e de 1917³.

Essa alternativa, porém, nos lança diante de dois problemas:

- a) o da seleção entre os vários autores-candidatos;
- b) o de efetuar um trabalho que não se limite a reproduzir o que tal autor formulou nesse ou naquele contexto, mas que nos leve a identificar tensões internas em seu pensamento; nos permita avaliar o significado destas no movimento conjunto de sua obra; nos autorize a expurgá-la, se possível, de seus elementos contraditórios, e nos habilite a explorá-la nos limites de suas possibilidades. Os comentários de Elster sobre *O Dezoito Brumário* e *As Lutas de Classe na França*⁴, e o artigo de Perry Anderson sobre Gramsci⁵

Cf. Weber, Max, *Sulla Russia - 1905/6/1917*, Bologna, Il Mulino, 1981.

Elster, Jon, *Making Sense of Marx*, Cambridge University Press, 1985.

⁵ Anderson, Perry, "The Antinomies of Antonio Gramsci", *New Left Review*, no. , 197, pp.

podem ser citados como exercícios exemplares no gênero. A referência a eles justifica-se, porque evidencia esse fato capital, muito mais do que simples exposição de um material previamente organizado, essa alternativa implica a decomposição do objeto interpretado e um genuíno trabalho de elaboração teórica.

Possibilidade tão ou mais interessante seria a de tomar alguns casos particularmente ricos e/ou exitosos de análises de conjuntura, e logo proceder a um meticoloso exame visando destrinchá-los em seus procedimentos constitutivos e em sua lógica. Aqui tampouco os candidatos nos faltam. *O Dezoito Brumário* poderia ser instrutivamente discutido em confronto com as reflexões sobre o mesmo episódio desenvolvidas por Tocqueville⁶, outro observador agudo daquela quadra histórica, num contraponto ao exercício que Raymond Aron desenvolve em seu livro sobre *As Etapas do Pensamento Sociológico*. Outro trabalho que poderia servir magnificamente a esse propósito é o livro admirável de George Brenan sobre a Guerra Civil Espanhola⁷. Ou ainda o texto programático de Trotski sobre a revolução de 1905 com seus desdobramentos, em *Balanço e Perspectiva*, e, naturalmente, a sua *História da Revolução Russa*, que serve de base a interessantes comentários de Stinchcomb em seu livro sobre os métodos teóricos na história social⁸. Aliás, o trabalho de Stinchcomb pode ser tomado como boa ilustração do tipo de produto que almejaríamos com essa atividade.

⁶ Tocqueville, Alexis de, *Souvenirs*, Paris, Gallimard, 1978.

⁷ Brenan, Gerald, *The Spanish Labyrinth. An Account of the Social and Political Background of the Spanish Civil War*, Londres, Cambridge University Press, 1974 (1a. ed., 1943).

⁸ Cf. Stinchcomb, Arthur L. *Theoretical Methods in Social History*, New York, Academic Press, 1978, pp. 31-76.

Nenhuma dessas opções, contudo, seria factível se não dispussemos de um roteiro prévio, um conjunto de indagações passíveis de serem dirigidas a cada autor, ou a cada um dos estudos considerados. Referido a dimensões que julgamos significativas de nosso problema, esse conjunto seria necessariamente provisório e deveria ser redefinido como um dos resultados previstos do próprio trabalho. Sintetizando, em alguma medida, a pré-compreensão de que dispomos do problema em causa, esse “roteiro” estaria a exercer uma dupla função: a um tempo, ele nos permitiria transitar ordenadamente pelos diferentes textos e nos advertiria que a natureza desse tipo de trabalho é precisamente esta: a do diálogo.

Sem qualquer pretensão de exaustividade, passo a arrolar agora algumas perguntas que uma listagem como essa deveria incorporar. Assim, caberia indagar:

- 1) Em cada caso, como são definidas internamente, e como são pensadas as relações entre as diferentes esferas do social?
- 2) Com base em que supostos são definidos em cada caso os atores significativos e de que maneira são especificadas as relações que entre eles se estabelecem? Com essa pergunta visamos dois problemas complexos e intimamente associados: a) que propriedades um agente dado – individual ou coletivo – deve apresentar para que o tomemos como “ator” numa conjuntura determinada? b) como lidar com a questão da representação, entendida esta como fenômenos sociológico multiforme, e não como efeito institucionalmente produzido através da aplicação obediente da teoria normativa que tendamos a abraçar?

Nesse ponto, seria interessante retomar as indicações de Marx sobre a relação entre a pequena burguesia e os seus representantes

ideológicos⁹. Ou ainda sua análise a respeito da crise da representação partidária que antecede o golpe de Luis Bonaparte (o abandono do “partido parlamentar da ordem” pela “massa extraparlamentar da burguesia”), cotejando-a com a que, pouco mais de meio século depois, Weber faria de fenômeno análogo (o descolamento que passa a se verificar entre os “as melhores mentes do liberalismo *zemstvo*” e seus representados, “os grandes proprietários de terra privada”, quando estes começaram a sentir que os seus interesses econômicos estavam sob séria ameaça com o agravamento da crise de 1905¹⁰).

- 3) Na especificação das relações de força, como proceder à determinação do que venham a ser recursos de poder relevantes em cada uma das situações contempladas? Esses recursos são concebidos como um estoque previamente detido por cada ator, gerados no bojo de processos anteriores e externos aos conflitos em causa, ou, pelo contrário, em alguma medida ao menos, como resultado dos processos de luta cuja configuração caracteriza uma conjuntura dada?
- 4) Como é pensada, em cada caso, a prática política? Qual o peso conferido aos fatores ditos “objetivos” – condições estruturais, normas só-

⁹ “Não se deve imaginar ... que os representantes democráticos sejam na realidade todos shopkeepers (lojistas) ou defensores entusiásticos destes últimos... O que os torna representantes da pequena burguesia é o fato de que sua mentalidade não ultrapassa os limites que esta não ultrapassa na vida, de que são conseqüentemente impedidos, teoricamente, para os mesmos problemas e soluções para os quais o interesse material e a posição social impelem, na prática, a pequena burguesia. Esta é, em geral, a relação que existe entre os representantes políticos e literários de uma classe e a classe que representam. Marx, K., O Dezoito Brumário e Cartas a Kugelmas, Rio Editora Paz e Terra, 1969, p. 48.

¹⁰ Cf. “La Transizione allo Pseudocostituzionalismo in Russia”, in Weber, Max, op cit., pp. 119-20.

cio-culturais internalizadas, por exemplo – e como se lida com a dimensão teleológica daquela prática: a formação de expectativas, a definição de objetivos, os procedimentos de cálculo e deliberação, a realização de movimentos táticos e a formulação de diretivas estratégicas? Objetivismo e subjetivismo – entre essas duas posições que desde sempre polarizaram a teoria social como se situam as análises?

Nesse particular, seria interessante confrontar as análises finas de Marx sobre os embates políticos que marcaram a conjuntura de 1848 na França, e o comentário ultra-objetivista que Engels faz das mesmas na introdução que escreveu para a reedição da obra¹¹.

5) Em cada uma delas, qual o ponto de vista subjacente sobre a relação entre micro-fenômenos e macro-processos? Por acaso se admite que uma de tais dimensões possa subsumir a outra, ainda que em princípio, ou se considera que elas configuram dois planos analiticamente distintos, irredutíveis e interrelacionados?

Aqui, duas referências viriam a calhar: 1) a passagem da *História da Revolução Russa* em que Trotski recria o dilema do soldado que se identifica com os rebeldes mas sabe que será severamente castigado se

¹¹ “O trabalho que aqui reeditamos foi o primeiro ensaio de Marx para explicar um fragmento da história contemporânea mediante sua concepção materialista... tratava-se, pois, de reduzir ... os acontecimentos políticos a efeitos de causas que, em última instância, eram econômicas.” “Na apreciação de acontecimentos e das séries de acontecimentos da história diária, jamais podemos remontar às últimas causas econômicas.” (faltam-nos sempre as informações necessárias) Em consequência, o método materialista terá de se limitar, freqüentemente, a reduzir os conflitos políticos às luzes de interesses entre as classes sociais e as frações de classes existentes, determinadas pelo desenvolvimento econômico...” “ Engels, F., “Introdução” a Marx, K. “As Lutas de Classe na França de 1848 a 1850”, in Obras Escolhidas de Marx e Engels, v. I, Rio de Janeiro, Editorial Vitória, 1961, pp. 93-4.

demonstrar isso em atos e a sublevação for sufocada¹²; 2) o relato indiscreto, feito por Tocqueville, da repentina insolência da doméstica de um amigo seu que, no auge dos acontecimentos de 48, dizia ao servir o jantar da família: “*Dimanche prochain c’est nous qui mangerons les ailes de poulet*”¹³.

6) Em que medida se contempla e de que maneira se trabalha a dimensão comunicativa da ação política? Qual a importância conferida à produção de mensagens que inere a todo ato político e qual o papel atribuído às diferentes modalidades de discurso, aos golpes e contra-golpes trocados no plano verbal?

Interrompo essa listagem ao constatar que o tempo estipulado para a preparação desta aula esgotou-se. E me pergunto, num sobressalto: Teoria e Método na análise de Conjuntura? Como será afinal minha aula?

Mas logo me dou conta que a pergunta está deslocada. A aula já foi. E é assim mesmo que ela deve ser tomada: um pensar em voz alta. O desenho de um, ou dois cursos possíveis? Melhor ainda, a reiteração de um convite para um jogo apaixonante, se bem que por vezes arriscado.

¹² “os soldados, em conjunto, são tanto mais capazes de desviar as baionetas e passar para o lado do povo, quanto mais seguros estiverem de que os sublevados fazem verdadeiramente uma insurreição; de que não se trata de uma simples manifestação em seguida à qual a tropa voltará mais uma vez ao quartel e prestará contas de seus atos; de que o povo pode vencer se a ele se unirem; de que o triunfo pode assegurar sua impunidade e também melhorar as condições de sua existência”. Cf. Trotski, Leon, A História da Revolução Russa, Rio de Janeiro, Editora Paz e Terra, vol. I, p. 118.

¹³ Tocqueville, Alexis de, op. cit. P. 221.

EMPRESÁRIOS E TRABALHADORES NO BRASIL, COM UMA NOTA SOBRE A ALCA

APRESENTAÇÃO

O objetivo deste trabalho é o de refletir sobre as mudanças observadas nos padrões históricos de relacionamento dos empresários industriais com os trabalhadores na grande crise vivida pelo Brasil desde o início da década passada, em decorrência das transformações verificadas no enquadramento institucional da economia brasileira (abertura externa) e das mudanças políticas verificadas no país ao longo do período. Tendo por base os elementos colhidos no decorrer desse estudo, o artigo terminará formulando uma conjectura sobre o possível impacto das negociações em torno do projeto de integração regional em escala hemisférica – a ALCA – no relacionamento entre aqueles atores.

Pela amplitude dos temas que aborda e por sua diversidade, a natureza desse texto é eminentemente programática. Trata-se de um ensaio exploratório, que avança por terrenos ainda virgens. O autor está

consciente do risco que assume ao iniciá-lo. Anima-o, entretanto, a certeza de que as recompensas serão proporcionais a este, se o empreendimento for coroado de sucesso.

*** **

- 1) As relações entre empresários e trabalhadores no Brasil foram historicamente marcadas por dois macro-condicionamentos: 1) o fardo massacrante de nossa herança escravista, com tudo nela implicado em termos de padrões autoritários de sociabilidade e de naturalização das desigualdades sociais; 2) a conservação de uma estrutura agrária absurdamente concentrada, com seus conhecidos corolários: concentração de riqueza e de poder, reprodução de formas de relacionamento político calcadas em vínculos de dependência pessoal. A vigência dessas duas condições, porém, é incompreensível na ausência de um terceiro elemento, este eminentemente político: o padrão de “solidariedade mecânica” dos dominantes, o movimento típico de aglutinação de todos os eles, sempre que os interesses fundamentais de alguma de suas frações foram seriamente ameaçados pelo desafio das classes subalternas¹.
- 2) No quadro definido por essas macro-condições históricas, as relações entre empresários e trabalhadores foram caracterizadas sempre pelo poder de comando incontestado do capital na gestão da força de trabalho, pela insegurança do trabalhador no emprego, pela tenaz resistência do patronato a aceitar as organizações de defesa

¹ Cf. Florestan Fernandes, *A Revolução Burguesa no Brasil*, Rio de Janeiro, Zahar Editores, 1975.

dos trabalhadores como interlocutores legítimos na sociedade e, sobretudo, no chão da fábrica. Tratada inicialmente como questão de polícia, a questão do trabalho (urbano) foi incorporada na agenda política nacional na década de 20, para se converter, nas duas décadas seguintes, em foco de um dos pilares da arquitetura institucional legada à posteridade pela ditadura de Vargas: a legislação sindical e do trabalho. A qual, embora consagrasse a intervenção do Estado nesse mercado, através de normas e regras compulsórias, tratava o trabalhador como objeto passivo, destituído de qualquer direito, de voz ou de veto na definição do conteúdo e da forma de sua atividade. Nesse arranjo, o papel do sindicato é o de fazer valer a determinação da lei e atuar em prol dos interesses do trabalhador enquanto consumidor: vale dizer, lutar por melhores salários. E deve fazê-lo sob o escrutínio da autoridade estatal, respeitando os limites estreitos da Legislação que regula os conflitos de trabalho. Os sindicatos fizeram essas coisas em situações democráticas; proibida a greve, sob o Estado Novo e o regime de 64, até isso lhes foi vedado.

Procurando cobrir em poucas linhas um tema imenso e muito desigualmente explorado na literatura brasileira, essa caracterização sumária demanda uma qualificação importante: ela é produto de uma leitura política de discursos e textos legais, não de uma generalização controlada dos resultados obtidos em observações diretas sobre a organização do trabalho em diferentes setores de atividade econômica e diferentes momentos históricos. Voltaremos a esse ponto mais tarde.

- c) A identidade do trabalhador não se define apenas por seu modo de inserção no mundo do trabalho: além de assalariado, ele é membro,

também, do sistema político. Nessa condição, o trabalhador brasileiro se fez coletivamente presente, no passado, em vários momentos: primeiramente, através de movimentos de pronunciada orientação ideológica, cuja radicalidade tinha como contrapartida o insucesso social e o reduzido impacto na arena política. Mais tarde, na República de 46, ele vai aparecer sob a figura de “povo trabalhador”, como base de massa de partidos e/ou políticos populistas. Com o desfecho da crise de 64, ele sai inteiramente de cena, e por cerca de quinze anos permanecerá assim deslocado. Sob o regime dos generais, os traços até aqui mencionados são sobremaneira acentuados. O poder do capital aumenta com a revogação na prática da lei que assegurava relativa estabilidade aos trabalhadores mais antigos – além de gerar fundos para a acumulação de capital, a principal função do FGTS foi a de propiciar um elevado incremento na rotatividade da força de trabalho, ao facultar a demissão do empregado sem nenhum ônus adicional para o capitalista; os sindicatos são privados de sua função de mediadores nos termos de contratação da força de trabalho, e subsistem quase completamente reduzidos à condição de entidades assistenciais e/ou recreativas.

- 4) A partir do final dos anos 70, porém, esse quadro se altera em profundidade. Quatro conjunto de fatores conjugam-se para produzir tal resultado: 1) as transformações moleculares que foram acumulando-se ao longo dos anos de rápido crescimento econômico – expansão das relações assalariadas, na cidade e no campo; urbanização acelerada; reestruturação ocupacional, com significativo aumento do emprego na indústria e em segmentos conexos do setor de serviços; alta mobilidade social; incorporação crescente de mulheres na força de trabalho; níveis mais elevados de escolarização e

maior acesso a bens culturais por parte dos trabalhadores, entre outras²; 2) a “orfandade” política a que foram condenados os trabalhadores urbanos em consequência das políticas desmobilizadoras sistematicamente perseguidas pelo regime, uma de cujas consequências não antecipadas foi a de ter aberto espaços para a emergência de lideranças novas, não comprometidas com a tradição populista e com o repertório de formas de ação política que lhe era próprio; 3) a mudança na ponderação entre custos e benefícios da ação coletiva, que estava implicada no processo de abertura política³; 4) a prolongada crise dos anos 80 --a um tempo, crise do modelo de organização política e crise do padrão histórico de desenvolvimento capitalista entre nós. Na confluência dessas determinações, os anos 80 foram marcados pela emergência de um novo movimento sindical, que arrebatava impetuosamente os diques da legislação (ela própria significativamente liberalizada já em 1985); que passava a mobilizar categorias até então social e politicamente distantes dos trabalhadores manuais (sindicalismo de classe média; professores, funcionários, etc.), e que trazia para o centro da cena política personagens com dicção própria e “estranha”, produto de trajetórias pessoais igualmente inusitadas. Questionado recorrentemente em sua legitimidade por empresários e governantes, agindo nas condições de elevada incerteza que a instabilidade política e a inflação descontrolada produziam, esse movimento sindical pautou-

² Cf. Wanderley Guilherme dos Santos, “A Pós-Revolução Brasileira”, in Helio Jaguaribe (ed.) Brasil. Sociedade Democrática, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1985, pp. 223-335.

³ Explorei este aspecto no artigo “1977-1978: Os Empresários e a Reemergência da Questão Social”, O Presente como História. Economia e Política no Brasil Pós 64, IFCH/UNICAMP, Coleção Trajetória 3, 1997, pp 313-354.

se, em grande medida, pelo primado de estratégias confrontacionistas. Não espanta, assim, que esse período tenha assistido a ondas de greve de amplitude desconhecida no país, e, no ano de pico, provavelmente sem paralelo em qualquer outra parte – 672 greves; 72,5 milhões de jornadas perdidas em abril de 1989.⁴

Nem todas as categorias de trabalhadores, porém, exibiram a mesma propensão ao recurso da greve na tentativa de fazer valer as suas reivindicações. Contrastando com o que se verificou no início do período, desde 1983, cada vez mais a figura do grevista tendeu a se identificar com a do trabalhador do setor público. É plausível a hipótese de que, vencida a fase inicial de confronto aberto, nos segmentos mais concentrados do setor privado (em particular os metalúrgicos) tenha se produzido entre sindicatos e empresas uma sorte de acordo tácito através do qual compensações salariais eram concedidas com certa liberalidade, o incremento correspondente nos custos sendo passado adiante sob a forma de preços remarcados.

- 5) No início dos anos 90, a recessão provocada pelo Plano Collor e alimentada a seguir pela natureza restritiva da política monetária soma-se ao acelerado processo de abertura externa da economia brasileira para alterar radicalmente a situação sucintamente descrita acima.

No que tange à ação sindical, o espectro do desemprego passou a cumprir a sua função disciplinar clássica. E tivemos, conseqüentemente, uma redução vertical na atividade grevista. Mas a mudança mais significativa foi representada pelo surgimento, no coração metalúrgico do sin-

⁴ Cf. Eduardo Garuti Noronha, Greves na Transição Brasileira, Dissertação de Mestrado, Dept. Ciência Política, IFCH/UNICAMP, 1992.

dicalismo brasileiro, de uma tendência nova, a qual, levando em conta a realidade da recessão e a reorganização produtiva em escala mundial, passou a trazer para o primeiro plano de sua agenda a defesa do emprego. E, em seu nome, passou a desenvolver uma política propositiva que incorporava em seu traçado os dados da economia empresarial. Tendo consolidado previamente o seu poder numa dura trajetória de lutas e consciente das ameaças que pairavam sobre ele nessa nova quadra histórica, a vanguarda do sindicalismo industrial brasileiro passou a pleitear assento nos conselhos que deliberam sobre o futuro da indústria no país.

Além dos dados macroeconômicos, contribuíram certamente para o reposicionamento estratégico acima referido as medidas de ajuste que as empresas passaram a adotar quando se viram ameaçadas em sua integridade pelo impacto da crise e das medidas que apontavam para uma drástica mudança no enquadramento institucional da economia brasileira. Convém mencionar algumas delas: “1) *reorganização administrativa*: a) eliminação de níveis hierárquicos e esforço para envolver mais fortemente os empregados...; b) concentração de recursos em torno das atividades essenciais da empresa e subcontratação de atividades acessórias, especialmente na área de prestação de serviços...; 2) *mudança de padrões operacionais*: a) redução de custos, com cortes de funcionários, controle estrito de despesas, diminuição de estoques e do endividamento; b) atenção maior à qualidade dos produtos. 3) *especialização*: desativação de linhas, concentração na produção de itens com demanda claramente definida e nos quais a empresa disponha de vantagens competitivas...; 4) *modalidades alternativas de financiamento*: ...; 5) *recomposição jurídica*: recurso alternativo à consolidação ou à fusão de empresas, com vistas ao enxugamento da estrutura administrativa, à simplificação da contabilidade e à redução de despesas fiscais...; 6) *estabelecimentos*

de novas alianças: fusão/associação de empresas para reforçar a posição conjunta face a concorrentes.”

Esses movimentos eram claramente perceptíveis ainda no governo Collor – aliás, a listagem acima foi extraída de trabalho que escrevi nessa época⁵. Pois eles ganham dimensão muito maior ainda sob a vigência do Plano Real, quando a associação de tarifas extremamente baixas, câmbio apreciado, juros estratosféricos e políticas generalizadas de desregulamentação aguçou enormemente a pressão competitiva sobre as empresas, ao mesmo tempo em que dava a estas todo tipo de incentivo para que a fórmula da sobrevivência fosse buscada na redobrada intensificação do trabalho e na importação de máquinas e equipamentos de última linha⁶. E chegamos, por essa via, à equação “crescimento/desemprego/informalidade” que se encontra hoje em dia no centro do debate.

- 6) À primeira vista, essas tendências projetam um futuro sombrio para as relações entre empresários e trabalhadores em nosso país. Com efeito, no micro-universo das unidades produtivas, elas parecem reforçar as conhecidas taras de nossa organização fabril: acentuada instabilidade do vínculo empregatício⁷; baixo envolvimento da mão de obra em decisões sobre o processo de trabalho; enormes diferenciais de salários; forte autoritarismo das chefias. No tocante às rela-

⁵ Cf. Sebastião C. Velasco e Cruz, Estado e Economia em Tempo de Crise. Política Industrial e Transição Política no Brasil nos Anos 80. Rio de Janeiro e Campinas, Relume Dumará/Editora da Unicamp, 1997, p. 161.

⁶ Cf. Castro, Antonio Barros de, “A Capacidade de Crescer como Problema”, in Velloso, João Paulo dos Reis (org.), O Real, o Crescimento e as Reformas, Rio de Janeiro, José Olympio Editora, 1996, pp. 75-93.

⁷ Cf. Paulo Eduardo de Andrade Baltar e Marcelo Weishaupt Proni, Flexibilidade do Trabalho, Emprego e Estrutura Salarial no Brasil. Cadernos do CESIT, Texto para discussão, n. 15, junho de 1995.

ções coletivas, aquelas tendências acentuariam sobremaneira a assimetria estrutural entre capital e trabalho, debilitando severamente os sindicatos e consagrando, na prática e no imaginário dos trabalhadores, os imperativos empresariais da eficiência e do lucro.

O conflito entre esse movimento e o conteúdo das definições constitucionais sobre direitos trabalhistas não poderia ser mais evidente. No discurso dos empresários e de seus intelectuais, ele se expressa sob a forma de demandas por maior liberdade contratual e pela redução dos “encargos sociais”, vala comum onde são lançados, lado a lado, os salários indiretos e taxas efetivamente extraídas pelo governo. Isto, para diminuir o “custo Brasil”, aumentar a competitividade das empresas e ampliar a oferta de empregos. As palavras de ordem desse discurso comunicam todo um programa. Aplicado à risca, ele substituiria a normatividade detalhista que caracteriza a legislação do trabalho brasileira por um sistema pautado pelos princípios do contratualismo. Um certo contratualismo, convém dizer: o poder incontrastado do empresário na fábrica continua de lei; a organização dos trabalhadores nesse âmbito permanece privada de qualquer garantia.

Nas condições macroeconômicas atuais, e considerada a herança histórica a que me referi no início, a realização plena de um tal programa tornaria mais brutais ainda os padrões de exclusão e desigualdade característicos da estrutura social brasileira. Reduzido e transformado o mercado formal de trabalho (mercado primário, no dizer dos economistas), a subsistência do trabalhador dependeria, cada vez mais, de ocupações precárias, muitas vezes situadas na zona cinzenta que medeia a legalidade e o crime. Devo salientar, o novo não está na dualidade, mas no modo de articulação entre as partes e no dinamismo que as associa: se, no passado, o crescimento econômico implicou na

expansão, absoluta e relativa, do emprego na indústria e nos segmentos institucionalizados do setor terciário⁸ – o que nutria a aposta “progressista” nas virtudes includentes do desenvolvimento-- parece claro, agora, que na verdade caminhamos em direção ao mundo de trevas de que nos falava Sergio Zarmeño⁹.

7) À primeira vista, eu disse. A um exame mais detido, o problema das relações entre empresários e trabalhadores e de seus desdobramentos futuros não se revela tão simples assim. Como já está insinuado no que precede, ele requer do analista a consideração simultânea de pelo menos três aspectos distintos: a) os padrões de gestão da força de trabalho; b) as relações coletivas – sindicatos patronais e de trabalhadores; sindicatos e empresas; c) a maneira como os interesses organizados de um campo e de outro se expressam no plano político. Tomemos o primeiro deles, para começar.

8) De volta aos fundamentos:

“In every known society in which the division of labor is not fixed by custom, workers doing related tasks attempt to gain control over their workplace. This struggle for autonomy concerns every aspect of productive activity: the way tools and machines are used, and by whom; the determination of wages and income; patterns of recruitment and promotion; standards of satisfactory performance and penalties for failing to meet them; and so on.”

⁸ Cf. Vilmar Faria, “Desenvolvimento, urbanização e mudanças na estrutura do emprego: a experiência brasileira dos últimos 30 anos”, in: Bernardo Sorj e Maria Hermínia Tavares de Almeida (orgs.), *Sociedade e Política no Brasil Pós-64*, São Paulo, Editora Brasiliense, 1983, pp. 118-163.

⁹ Cf. Sergio Zarmeño, “Desidentidad y desorden: México en la economía global en el libre comercio”, *Revista Mexicana de Sociología*, n. 1, 1991; id. “La derrota de la sociedad”, *Revista Mexicana de Sociología*, n.2, 1993, e *La Sociedad Derrotada. El desorden mexicano del fin de siglo*, Mexico, Siglo Veinteuno Editores, 1996.

Corolário da definição polanyana do trabalho como “mercadoria fictícia”, a passagem de Sabel e Piori¹⁰ que abre esta nota fixa com precisão o ponto de partida obrigado de qualquer análise de nosso problema. Nessa perspectiva, a pergunta que devemos tentar responder pode ser formulada como se segue: sabendo-se que as relações de poder no interior de cada unidade produtiva podem assumir configurações as mais diversas, das quais se derivam situações típicas que os agentes envolvidos enfrentam cotidianamente como problemas práticos, é possível identificar no Brasil de hoje uma clara tendência em direção a um novo modelo geral dominante? Em caso positivo, quais as suas condições de vigência, e que linhas de ação apontam para tal resultado?

A questão é de complexidade enorme. Mas podemos simplificá-la com auxílio do quadro de referência desenvolvido num trabalho de Colin Crouch¹¹. O procedimento adotado pelo autor é relativamente simples. Ele consiste em estilizar um conjunto de problemas típicos – dilemas que se configuram universalmente na relação capital-trabalho –, inventariar as respostas alternativas – “estratégias” – que podem ser adotadas para enfrentá-los.

Assim, no tocante ao estilo de dominação, teríamos dois grandes dilemas. No plano da relação de comando trata-se de responder à questão: em que medida os subordinados são inteiramente submetidos a ordens precisas e a uma clara hierarquia? Ou, pelo contrário, são tratados com benevolência, chegando a desfrutar, tacitamente, de alguma margem de autonomia? Na dimensão ideológica, incerta a

¹⁰ Charles Sabel e Michael Piori, *The Second Industrial Divide: Possibilities for Prosperity*, Basic Books, 1984, p. 111.

¹¹ Colin Crouch, *Class Conflict and the Industrial Relations Crisis. Compromise and Corporatism in the Policies of the British State*, London, Heinemann Educational Books, 1977.

atitude dos subordinados com relação à natureza da autoridade e aos objetivos da firma, a pergunta a ser respondida é esta: como reforçar a posição dos dirigentes? Encorajar o sentimento de identidade com a firma (estratégia de envolvimento)? Ou, pelo contrário, enfatizar a separação e o distanciamento?

Crouch segue na caracterização dos dilemas emergentes na gestão da força de trabalho, cobrindo ademais duas dimensões externas significativas (a intervenção do Estado no mercado de trabalho, e as expressões coletivas dos trabalhadores: sua escala, seus graus de autonomia). Mas não é preciso seguir o seu passo. Para os propósitos deste trabalho, os elementos introduzidos até aqui bastam para acreditar as hipóteses que se seguem:

- a) Em cada caso, a escolha das estratégias a adotar será condicionada por uma série de fatores, dentre os quais: 1) a natureza material do processo de trabalho; 2) a situação dos mercados relevantes e a posição da firma no interior deles; 3) as condições econômicas gerais; 4) a forma e o conteúdo da intervenção do Estado no mercado de trabalho; 5) o nível de organização, as disposições políticas e ideológicas, bem assim como a experiência prévia de lutas dos trabalhadores.
- b) Se é assim, podemos inferir que, dentro dos marcos mais ou menos estreitamente definidos pela legislação e os usos cristalizados, essas escolhas variarão, necessariamente, entre os setores, entre as firmas, e muitas vezes, dentro delas, entre diferentes subgrupos de trabalhadores¹².

¹² Cf. J. CHILD, "Managerial Strategies, New Technology and the Labour Process", in R. H. PAHL (ed.) *On Work. Historical, Comparative and Theoretical Approaches*. New York, Basil Blackwell, 1989, pp. 229-257.

- c) Donde se pode afirmar, também, que o termo flexibilização é demasiadamente genérico; que ele encobre muitas coisas, e às vezes coisas contraditórias. Na economia do trabalho é comum a distinção entre “flexibilidade quantitativa” e “flexibilidade funcional”. Útil como possa ser na análise de dados agregados – preocupação básica nessa disciplina –, para fins da análise política essa classificação é excessivamente rombuda. Se quisermos avançar nesse terreno, precisamos contar com um instrumento mais fino¹³.
- d) Como a definição de estratégias relativas à gestão da força de trabalho é diretamente afetada pelos padrões de intervenção do Estado no mercado de trabalho e pela capacidade de luta dos trabalhadores, e como os demais fatores são condicionados, mais ou menos poderosamente, pelo conteúdo das políticas públicas, a ação empresarial nesse plano não pode ser tida como “originária”, ou fundadora. Ela se torna plenamente inteligível apenas quando inserida no contexto das relações estratégicas que se tecem no terreno da política.

9) Contra toda tentação reducionista, o que precede nos leva a insistir nesta verdade singela: ao contrário do que poderia estar acontecendo aqui – e do que ocorre em outras partes do mundo – a reestruturação produtiva vem se processando no Brasil em um período no qual as forças políticas com raízes no mundo do trabalho sofreram uma seqüência de derrotas históricas. O episódio decisivo foi a vitória do campo conservador em 1989, com a eleição de Collor, ainda que os efeitos mais evidentes disso surjam

¹³ A exemplo da que encontramos em Christian du Tertre, *Technologie, Flexibilité, Emploi. Une Approche Sectorielle du Post-Taylorisme*, Paris, L'Harmattan, 1989.

somente agora, no governo muito mais “orgânico” de Fernando Henrique Cardoso. O impacto negativo da política sindical e de trabalho deste último dificilmente poderia ser exagerado. Basta lembrar a maneira calculada como ele forçou o confronto com os petroleiros poucos meses depois de ter sido empossado; a intransigência que demonstrou durante todo o conflito (as medidas retaliatórias que adotou ou encorajou depois de vencida a batalha), e refletir sobre o significado estratégico que assumia, aos seus olhos esse embate, travado em momento particularmente delicado, quando o governo se preparava para “esfriar” a economia, e ainda se faziam sentir vivamente os efeitos da crise do México. Bastaria recordar ainda o destino que este governo deu à experiência inovadora das câmaras setoriais, as quais – além de constituir um instrumento hábil de política econômica – continham em si a promessa de mudanças em grande escala nas relações de trabalho.¹⁴ E apesar das palavras de seus porta-vozes quando entoam loucos ao “modelo americano”, isto num país como o nosso, que não rompeu belicosamente com o passado, nem conheceu nada parecido com o New Deal.

Este é o ponto que desejo salientar: as relações entre empresários e trabalhadores no Brasil são afetadas, em todos os níveis, pela ação estatal, no conjunto de suas objetivações. No campo da política

¹⁴ Sobre a experiência das Câmaras setoriais, ver Eli Diniz Crise, Reforma do Estado e Governabilidade, Brasil 1985-1995, Rio de Janeiro, FGV, 1997. Sobre o significado dessa experiência para o futuro das relações de trabalho no país Cf, Nadya Araujo de Castro “Trabalho e Organização Industrial num Contexto de Crise e Reestruturação Produtiva”, São Paulo em Perspectiva, vol. 8, n. 1, 1994, pp. 116-132, e, especialmente, Glauco Arbix: “Trabalho: Dois Modelos de Flexibilização”, Lua Nova, n. 37, 1996, pp. 171-190, e Uma Aposta no Futuro, São Paulo, Scritta, 1996.

econômica, da forma indicada no início deste estudo. No campo da política sindical e de trabalho, da forma que acabo de aludir. Restaria agregar uma palavra sobre o discurso, plano no qual a legitimidade da ação coletiva dos subordinados é freqüentemente impugnada pelo presidente e seus porta-vozes, toda afirmação mais enfática de discórdia sendo estigmatizada como expressão do atraso e do corporativismo.

Sob o impacto conjunto desses elementos, as organizações sindicais em posição francamente defensiva, a reestruturação produtiva parece vir se dando sob o signo da “modernização conservadora”¹⁵. Mas ainda sabemos muito pouco sobre o que acontece nesse nível. Os diferentes setores e regiões do país continuam muito desigualmente estudados. Conhecemos razoavelmente o que ocorre na indústria automobilística. Mas embora vital para a economia brasileira e para o sindicalismo, esse setor não é paradigmático. O que está sucedendo na siderurgia ou na indústria química? O que pode estar significando a flexibilização para os bancários? O que representará para este setor, bastião ultradefendido dos grupos nacionais mais politicamente poderosos, o processo de internacionalização que parece ter início agora¹⁶? E qual a situação nos portos, onde a organização do trabalho sempre foi tão peculiar¹⁷ que hoje parece próximo de se converter em zona conflagrada? Sobre estes nosso saber é escasso. Mesmo assim, devo reafirmar minha confi-

¹⁵ Cf. Nadya Araújo de Castro, *op. cit.*

¹⁶ A comparação entre as transformações em curso neste último setor e as que se verificam na indústria metalúrgica constitui o tema do projeto de pesquisa de Angela M. Carneiro Araújo *Reestruturação Produtiva e Negociação Coletiva nos Anos 90*, Dept. Ciência Política/UNICAMP, 1997.

¹⁷ Cf. Maria Cecília Velasco e Cruz, “Portos, Relações de Produção e Sindicatos”, *Ciências Sociais Hoje*, São Paulo, Cortez Editora, 1986, pp. 143-170, e Virando o Togo: Estivadores e Carregadores no Rio de Janeiro da Primeira República. Tese de Doutorado, USP, 1998.

ança nas hipóteses formuladas anteriormente, e sustentar que nesses setores tendem a prevalecer arranjos muito diversos.

Seria preciso, ademais, prestar toda atenção aos sinais que eventualmente surgirem no sentido de que contra-tendências possam estar operando no mundo do trabalho. E aparentemente elas estão aí: em que pese a persistência do quadro sintetizado na expressão “sindicato de porta de fábrica”, quando bem trabalhados, os dados agregados mais recentes sugerem que este umbral está começando a ser transposto em muitos lugares com a ampliação, por exemplo, da presença de delegados sindicais nos locais de trabalho¹⁸. Essa constatação me leva ao comentário seguinte.

10) Globalmente negativos, embora, os efeitos diretos e indiretos das políticas governamentais sobre as relações empresários/ trabalhadores não são unívocos. Apoiada por todos, a estabilização monetária tal como vem sendo produzida no Brasil penaliza muitas empresas e setores de atividade econômica. Aludi a esse ponto ao falar dos fatores que estão induzindo a reestruturação em curso no sistema produtivo. Acrescento agora duas observações: para os agentes que se encontram em tal situação, algumas condutas típicas se oferecem: a) reestruturar-se para sobreviver (o movimento já referido): nos termos de Hirschman, este é o caminho da *lealdade*; b) escapar da posição difícil, evitando novas perdas e tentando recuperar parte do prejuízo já incorrido: a escolha da *fuga*, que neste caso se traduz em venda da empresa – de preferência para um grupo estrangeiro; a terceira opção é apelar para o recurso da *voz*, i. é., pressionar em distintas arenas por mudanças. Essas três

¹⁸ Cf. Adalberto Moreira Cardoso, “O Sindicalismo Corporativo não é Mais o Mesmo”, *Novos Estudos*, n. 48, julho de 1997, pp. 97-119.

alternativas não são excludentes, muitas vezes constando, aos pares, no plano de ação dos agentes. Não caberia especular aqui sobre a importância de cada uma delas hoje, e muito menos de ensaiar exercícios prospectivos a respeito do tema. Mencioná-las, contudo, é preciso para dar sentido a certos desenvolvimentos passados – estou pensando nas mobilizações conjuntas de empresários, capitaneados pela FIESP, e sindicalistas (representantes das três centrais), que culminaram na “Marcha a Brasília”, em maio do ano passado¹⁹. É necessário também para nos desembaraçarmos definitivamente da ilusão determinista e aprendermos a reconhecer, em tempo hábil, os sinais que prenunciam o aparecimento de configurações novas.

- 1) É nesse contexto que devemos contemplar o tema das negociações internacionais sobre o comércio e, em particular, o problema da ALCA. Aqui, o dado fundamental é evidente: ao contrário do que ocorreu em relação ao México, nas negociações sobre o NAFTA, a pretensão norte-americana de criar a curto prazo uma zona de livre comércio no hemisfério americano encontra forte oposição no Estado e em parcelas significativas do empresariado brasileiro. Esta disposição não constitui um fato conjuntural, ligado à percepção do governo de turno e às circunstâncias vividas presentemente por esses empresários. Nos termos em que é colocado pelo executivo norte-americano, o projeto da ALCA atropela o processo de integração em curso no MERCOSUL e se choca frontalmente com as pretensões do Estado brasileiro de ampliar sua margem de autonomia no sistema internacional criando espaços de mútuo reconheci-

¹⁹ Cf. Almyr Gajardoni, “Não podemos mais ficar omissos” Notícias, 29/04/1996, pp. 4-11.

mento e vínculos privilegiados de solidariedade no subcontinente sul-americano. De outra parte, tal como concebido e nos prazos pretendidos pelos Estados Unidos, a ALCA ameaça expor o sistema produtivo nacional à concorrência direta de outro, incomparavelmente mais desenvolvido, ausentes anéis protetores e num momento em que a economia brasileira exhibe grande vulnerabilidade. E tem mais: arranjo visando ao estabelecimento de condições preferenciais de comércio, a ALCA contraria o interesse de países e relações com os quais o Brasil mantém denso intercâmbio, e que certamente seriam induzidas a reciprocidade, nessa eventualidade.

O que vem de ser dito não tem a pretensão de ser uma análise das questões e dificuldades suscitadas pela ALCA. Menciono esses aspectos apenas para apoiar o juízo que formulo agora: seja qual for o resultado do embate eleitoral do ano que vem, confirme ele o prognóstico corrente, ou não, nesse âmbito não é de se esperar nenhuma mudança significativa no posicionamento do governo brasileiro. E se houver – por exemplo, no caso de uma improvável derrota de Fernando Henrique Cardoso – será no sentido de acentuar a distância hoje existente entre a posição brasileira e a orientação do governo norte-americano. Podemos então raciocinar tomando como estável essa configuração do conflito.

Se é assim, acredito poder avançar as observações que se seguem.

- a) No tocante ao tema da ALCA, as relações entre Estado, empresários e sindicatos assumem uma feição distinta daquelas que prevalecem em distintas arenas internas. Do ponto de vista do trabalho organizado, também, a perspectiva de uma integração hemisférica a toque de caixa é perturbadora, e, nesse sentido, o governo pode contar com apoio nessa área em sua tentativa de resistir ao *diktat* da potência hegemônica.

Mas os sindicatos têm uma área de convergência com setores do governo e da sociedade norte-americana num item específico: a questão da cláusula social. A qual, por sua vez, opõe, internamente, sindicatos e o bloco governo/empresários.

- b) Historicamente, os grupos subordinados fortaleceram-se sempre nas situações em que, por razões externa, o concurso de sua solidariedade foi requerido pelos dominantes. As expressões mais cabais dessa verdade são as mudanças sociais que, reestabelecida a paz, costumam ocorrer nos países beligerantes. Não estamos diante de nada remotamente parecido com uma situação desse tipo. Mas não importa: a regularidade referida manifesta-se em contextos os mais variados.
- c) As negociações sobre a ALCA mal estão começando. O futuro delas nos Estados Unidos mesmo é incerto – basta ver a dificuldade que o executivo tem encontrado para aprovar no Congresso o *fast track* (autorização para negociar tratados comerciais sem a intervenção tópica do legislativo) e lembrar o quanto foi difícil obter a aprovação dos acordos relativos ao NAFTA. Nada disso, porém, torna mais fáceis as coisas para o Brasil. Pelo contrário. O padrão de conduta do governo americano nesse caso é muito evidente: face à resistência que enfrenta no plano doméstica ele redobra a pressão sobre os Estados latino-americanos para poder usar, o mais rapidamente possível, o consenso deste como argumento contra os seus adversários internos.
- d) Embora canalizadas para a celebração de um acordo inter-governamental, as negociações em torno da ALCA desde o início envolveram outros atores: empresários e ONGS, primeiro, mas já agora sindicatos e parlamentares também. Na

medida em que elas avançam vai se constituindo, assim, um campo de forças, uma arena diferenciada, no interior da qual os participantes tenderão a se aglutinar em torno do governo de seus respectivos países, mas onde as linhas de comunicação e de barganha inter-fronteiras serão usuais. Nesse jogo, o grau de coesão do campo mais fraco será um dado vital. Isto envolve as relações entre os governos que o compõem, naturalmente. Mas inclui também, em cada um deles, o conjunto dos atores sociais.

- e) A consideração conjunta dos quatro pontos acima sugere que esse processo pode ter reflexos importantes nas relações entre empresários e trabalhadores, com implicações difíceis de anteciper.

O texto acima foi redigido há cerca de um ano e meio, em agosto de 1997. Desde então, alguns acontecimentos mudaram dramaticamente as condições macro-econômicas e políticas que balizavam o exercício prospectivo nele ensaiado. O mais importante desses acontecimentos foi, naturalmente, a eclosão da crise financeira internacional, que já se prenunciava àquela época, com a turbulência vivida pela Tailândia em julho, mas que se instala definitivamente alguns meses depois, com a derrocada das moedas coreana e indonésia; dá um giro mais radical com a moratória russa, em agosto de 98, e nos atinge em cheio em janeiro de 1999.

Em associação com esses desenvolvimentos, mas de forma alguma a eles redutível, outro fato marcante foi a mudança no quadro

político implicada nos resultados das eleições de outubro/novembro do ano passado (vitória oposicionista em sete estados, três deles incluídos entre as unidades mais importantes da federação; derrota do candidato da direita em São Paulo, batido, em segundo turno, por um político situacionista, mas com relacionamento tenso com o governo central, cuja vitória só foi possível pelo apoio que lhe emprestaram nomes representativos dos partidos de oposição (entre os quais a candidata do PT, que disputou com ele o segundo lugar no primeiro turno, voto a voto) e as mais expressivas lideranças sindicais.

Nesse interregno, dois fatos importantes incidiram nas negociações sobre a integração hemisférica. 1) A conclusão de um acordo na reunião inter-ministerial de San José de Costa Rica, preparatória do encontro de chefes de Estados que se realizaria em Santiago do Chile, em abril de 1998. Nessa ocasião, contrariando as expectativas de muitos, foi aprovado consensualmente documento definindo o formato e o calendário das negociações, que deverão estar concluídas até o ano 2005²⁰. 2) A rejeição (243 contra 180 votos) pela Câmara de Representantes do projeto de lei dando a Clinton autorização para negociar acordos comerciais passíveis apenas de aprovação ou rejeição pelo Congresso, não de serem emendados.

Esses fatos alteram os dados de nosso problema de maneiras várias e contraditórias.

O processo de negociação será conduzido por comitê composto de vice-ministros de comércio dos 34 países envolvidos, encarregado de coordenar o trabalho de nove grupos negociadores distribuídos pelas seguintes áreas: acesso a mercado; investimento; serviços; compras governamentais; resolução de disputas; agricultura; direitos de propriedade intelectual; subsídios; anti-dumping e direitos compensatórios; política de concorrência (competition policy). Cf. Wrobel, Paulo S., "A Free Trade Area of the Americas in 2005?", *International Affairs*, vol. 74, n. 3, 1998, p. 547-563.

Para começar, é evidente que a exibição de fragilidade financeira, o pedido de socorro e a aceitação dos termos estabelecidos pelo FMI (leia-se o Tesouro americano) para que o mesmo fosse emprestado, todo esse episódio reduziu significativamente a margem de liberdade do governo brasileiro em sua relação com os EUA. E o fez tanto mais porquanto ele teve como corolário a intensificação dos atritos com a Argentina, tingindo de cinza o empreendimento mais ambicioso de nossa diplomacia: o MERCOSUL. No limite, esse efeito poderia levar o governo brasileiro a ceder em toda a linha às exigências americanas nas negociações com vistas à ALCA. Nessa eventualidade, em suas relações com o Estado os sindicatos nada teriam a ganhar no processo. Coadjuvantes de uma política cautelosamente resistente que teria sido abandonada, estes se veriam, agora, diante de duas alternativas igualmente ingratas: aplaudir, como simples espectadores, o espetáculo que lhe estaria sendo exibido; ou reclamar, mais ou menos ruidosamente, incapazes de afetar o andamento do mesmo e sem possibilidade de extrair, de sua conduta, nenhuma vantagem.

A probabilidade de tal desfecho, porém, deve ser questionada. Ele seria plausível apenas em um ambiente econômico de tal forma degradado que ao governo não restasse outra alternativa salvo renegociar periodicamente, de joelhos, os termos do acordo com o Fundo Monetário Internacional. No momento em que escrevo, essa possibilidade é tida pela maioria dos analistas como remota. O temor de fortes pressões inflacionárias parece ter sido desconfirmado, e o impacto da desvalorização cambial sobre a saúde financeira das empresas nem de longe replicou o caso asiático (onde as empresas operavam dentro de um regime de acumulação fundado no crédito, saíam de um período de sobre-investimento e estavam, em

consequência, cobertas de dívidas ²¹ – condições muito distintas das que prevaleciam no universo empresarial brasileiro no início de 1999). Os mais otimistas entrevêm, inclusive, a possibilidade de um novo surto de crescimento, baseado em produção interna substitutiva e no aproveitamento mais intenso de um parque industrial que se modernizou enormemente através da incorporação de equipamentos e métodos de gestão mais avançados.

Decerto, seria possível contrabalançar esta visão com dados menos animadores: os resultados da balança comercial continuam frustrantes; o desequilíbrio financeiro do setor público permanece crítico, e sob muitos aspectos foi agravado (aumento explosivo do custo da dívida); a momentânea estabilização da taxa de câmbio tem resultado na entrada de investimento de curto prazo e, portanto, eminentemente voláteis. Visto por esse ângulo, a economia brasileira poderia, até, atingir uma posição de equilíbrio. Mas este seria eminentemente instável e teria como correlato um desempenho medíocre.

Para o argumento que estou delineando aqui, entretanto, o grau de realismo de uma ou outra dessas avaliações não é o mais importante. O elemento decisivo é a maneira como os diferentes cenários econômicos plausíveis podem se traduzir na conduta brasileira nas negociações sobre a ALCA. Ora, isto me leva à consideração das mudanças verificadas no plano das relações políticas de força no país, desde o final do ano passado.

Sobre esse aspecto, vou me limitar a duas indicações breves: 1) como resultado conjugado das eleições de 1998 e da resposta à crise

²¹ Cf. Wade, Robert, "The Asian Debt-and-development Crisis of 1997-? Causes and Consequences", World Development, vol. 26, no. 8, 1998, pp. 1535-1553.

cambial, Fernando Henrique Cardoso encontra-se hoje em posição incomparavelmente mais vulnerável do que aquela por ele desfrutada no primeiro período de seu governo; 2) entre outros fatores, esta tenderá a variar fortemente em função do comportamento da economia: ela ficará muito mais degradada em caso de evolução negativa da conjuntura.

Ora, mas se é assim, ficamos com duas possibilidades polares: a) estabilização/recuperação econômica – redução correspondente do poder de chantagem do interlocutor no processo de negociação externa; b) crise/deterioração econômica e social – fragilização política crescente do governo, fragmentação de sua base de apoio – contestações crescentemente efetivas de sua autoridade para celebrar compromisso de longo prazo no plano internacional.

Quanto aos dois eventos diretamente referidos à negociação da ALCA, embora importantes eles não mudam qualitativamente a natureza do processo. O governo norte-americano fez concessões e Brasil afirmou-se como seu principal interlocutor nas discussões que pavimentaram o caminho para o encontro de cúpula de Santiago; mas as orientações dos principais atores e os recursos de que dispõem para objetivá-las não variaram substancialmente. A derrota do *fast-track* dramatiza a força do protecionismo e as divisões que marcam o debate norte-americano sobre o projeto de integração regional – mais, amplamente, sobre a política econômica internacional dos EUA. Mas nada disso constitui novidade.

Sendo assim, creio poder concluir que, se os fatos aludidos modificaram os dados do problema levantado no fim do artigo, deixaram inalterada a sua forma. Continuo sustentando, portanto, as hipóteses ali formuladas.

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS - UNICAMP
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS - IFCH
SETOR DE PUBLICAÇÕES

Cidade Universitária "Zeferino Vaz"

Caixa Postal 6.110

13083-970 - Campinas - São Paulo - Brasil

Tel.: (019) 788.1603 / 788.1604

Telefax (019) 788.1589

NOME (Name): _____

ENDEREÇO (Address): _____

RECEBEMOS: _____
We have received: _____

FALTA-NOS: _____
We are lacking: _____

ENVIAMOS EM PERMUTA: _____
We are sending in exchange: _____

DATA: _____
Date: _____

ASSINATURA: _____

**A NÃO DEVOLUÇÃO DESTA IMPLICARÁ NA
SUSPENSÃO DA REMESSA**
Non-acknowledgement of receipt will indicate that further
publications are not wanted.



